

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
RESOLUÇÃO Nº XX, DE XX DE XXXX DE 2008

Altera as competências da CTPNRH, estabelecidas no inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999.

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nos 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída por Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando a Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006, que aprovou o Plano Nacional de Recursos Hídricos-PNRH, composto pelos volumes: I - Panorama e Estado dos Recursos Hídricos do Brasil; II - Águas para o Futuro: Cenários para 2020; III - Diretrizes; e IV – Programas Nacionais e Metas;

Considerando a Resolução CNRH nº 67, de 7 de dezembro de 2006, que aprovou a “Estratégia de Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos”;

Considerando a 80, resolve:

Art 1.º À Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos compete:

- a) acompanhar, analisar e emitir parecer sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos, sua implementação e revisões;
- b) manter-se informada sobre o desenvolvimento dos planos de recursos hídricos estaduais e de bacias hidrográficas;
- c) propor diretrizes para o aprimoramento do processo de elaboração e implementação de planos de recursos hídricos;
- d) promover a articulação entre os planos de recursos hídricos: o nacional (PNRH), os planos estaduais (PERHs) e os planos de bacia hidrográfica (PBH);
- e) exercer as competências constantes do regimento interno e outras que vierem a ser delegadas pelo plenário do CNRH.

Art 1.º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3.ª Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.